

**Subsecretário do Tesouro do Estado** | Elói Astir Stertz

Subsecretários Adjuntos do Tesouro do Estado

Eduardo Rosemberg Lacher | Eugênio Carlos dos Santos Ribeiro | Bruno Queiroz Jatene

#### CHEFES DE DIVISÃO E ASSESSORIA - TESOURO DO ESTADO

Carmen Karina Garcia Paiva | Divisão de Pagamento de Pessoal (DPP)

Elio Dornelles Andres Filho | Divisão de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional (DTDI)

**Eroni Izaias Numer** | Gabinete do Tesouro do Estado

Felipe Rodrigues da Silva | Divisão da Dívida Publica (DDIP)

Guilherme Correa Petry | Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e Qualidade do Gasto (DEQG)

Luiz Gustavo Antonacci | Divisão de Programação e Execução Financeira (DPROF)

Marcelo Spilki | Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)

**Nélson Alexandre Korman** | Divisão de Planejamento Financeiro e SIAC (DPLAN)

**Roberto Luiz da Luz Bertoncini** | Assessoria de Orientação e Normatização

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Cézar Augusto Dal Bosco (coordenador) | Gabinete do Tesouro do Estado

Jaco Braatz | Divisão de Estudos Econômico-Fiscais e Qualidade do Gasto (DEQG)

Marcos Antônio Bósio | Divisão da Dívida Pública (DDIP)

Nikolas Lippmann Pareschi | Divisão da Dívida Pública (DDIP)

**Sérgio Alberto Serres** | Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)

**Sílvia Teixeira da Motta** | Divisão de Planejamento Financeiro e SIAC (DPLAN)

**Thiago Mossman** | Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)



CEP 90030-080 - Porto Alegre - RS

www.tesouro.fazenda.rs.gov.br



# 

06	Resumo Executivo
08	Resultados Primário e Orçamentário
10	Resultado Primário
11	Resultado Orçamentário
12	Comparativo Principais Receitas e Despesas
14	Poderes: Participação na Despesa Total
16	Despesas com Pessoal x Receita Corrente Líquida
17	Total Servidores do Estado e Pensionistas (Exceto Estatais)
18	Total de Servidores do Poder Executivo (Exceto Estatais)

- **20** Outras Despesas Correntes
- 23 Investimentos
- **25** Educação Recursos Aplicados
- 27 Saúde Recursos Aplicados
- 29 Segurança Recursos Aplicados
- 32 Dívida Pública Estoque e Pagamento do Serviço
- **33** Pagamentos Precatórios e RPV's
- 34 Notas Metodológicas



No período de janeiro a outubro de 2018, conforme demonstram os resultados primário, orçamentário e previdenciário, o Estado continuou enfrentando dificuldades em sua execução orçamentária e financeira, sendo sempre desafiadores a elevação das receitas, o pagamento das despesas com pessoal, o contingenciamento de despesas de manutenção da máquina pública, a ampliação de investimentos e a obtenção de menores dispêndios com a dívida pública, com liminar obtida contra a União e a permanência do desenrolar de negociações em torno do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Com estas ações, tem sido mantido o foco em não aumentar os riscos de maiores atrasos salariais, bem como garantir a continuidade do funcionamento dos serviços públicos.

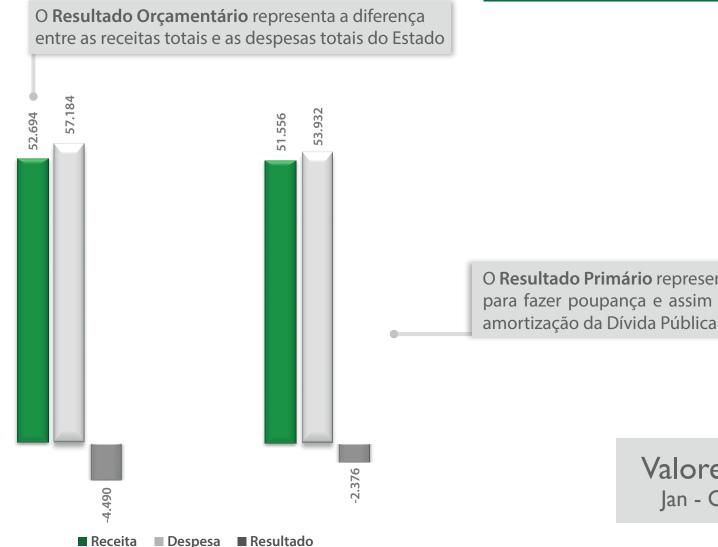
No período, o crescimento das receitas permaneceu derivando do bom desempenho do IPVA e de receitas de alienação de ações do Banrisul. O ICMS vem apresentando certa recuperação nos últimos meses, mas somado às transferências da União tem sido bastante afetado pelo cenário econômico, ainda em recuperação. Já as despesas apresentaram crescimento relativamente significativo em termos globais, sobretudo em função das despesas com pessoal, que incorporaram reajustes que já haviam sido concedidos à área da segurança pública, e dos empenhos relativos à dívida pública, embora sem a efetiva correspondência negativa nos pagamentos. Já a significativa elevação dos investimentos vem ocorrendo em função da aplicação de recursos em importantes melhorias rodoviárias.

O necessário aumento dos recursos disponíveis e a redução de gastos continuam sendo exigidos como pilares da permanente busca da sustentabilidade fiscal do Estado. Esta dupla exigência também permite manter a inferência da passagem de razoável intervalo de tempo para o efetivo alcance do equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas estaduais.





#### Resultados Primário e Orçamentário



O Resultado Primário representa o esforço feito pelo Estado para fazer poupança e assim conseguir pagar os juros e a

> Valores Acumulados Jan - Out/2018 — R\$ milhões





#### Resultado Primário

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias do Estado.

Jan - Out/2018 — R\$ milhões

Receita Total	52.694
(-) Aplicações Financeiras	-250
(-) Operações de Crédito	-178
(-) Alienação de Bens	-662
(-) Amortização de Empréstimos	-23
(-) Anulação de Restos a Pagar	-25
Receita Primária (A)	51.556
Despesa Total	57.184
(-) Encargos da Dívida	-2.095
(-) Amortização da Dívida	-1.149
(-) Concessão de Empréstimos	-8
Despesa Primária (B)	53.932
Resultado Primário (A-B)	-2.376





#### Resultado Orçamentário

No acumulado de janeiro a outubro de 2018, o total das receitas alcançou cerca de **R\$52,7** bilhões. Caso excluídas as operações intraorçamentárias de **R\$10,6** bilhões, é exposta uma receita de **R\$42,1** bilhões, onde **R\$30,18** bilhões, equivalentes a **71,7**% do total, estão concentrados no ICMS e no IPVA.

As despesas totais com pessoal e encargos, que somaram cerca de **R\$23,6 bilhões** no período, estão representando **84,6**% da arrecadação do ICMS.

Valores Acumulados Jan - Out/2018 — R\$ milhões

Receita Total	52.694
ICMS total bruto	27.907
IPVA total bruto	2.270
Taxas	1.531
Soma FPE, IPI, CIDE e Kandir	2.284
SUS Gestão Única	629
Demais	7.440
Operações Intraorçamentárias	10.633
Despesas	57.184
Pessoal e Encargos	23.585
Dívida = Juros Encargos e Amortiz	3.244
Outras Despesas Correntes	17.101
Distribuição da Rec do Exercício (Municípios)	8.180
Demais	8.921
Investimentos e Inversões	1.431
Operações Intraorçamentárias	11.823
Resultado Orçamentário	-4.490







Em 2018, o crescimento das receitas derivou primeiramente do bom desempenho do IPVA e de receitas de alienação de ações do Banrisul, havendo aceleração do ICMS nos últimos meses. Esta aceleração, juntamente com as transferências da União permanece muito afetada pelo cenário econômico, ainda em recuperação. Quanto às despesas, seu crescimento global continua sendo resultado sobretudo da elevação dos gastos com pessoal - inclusos reajustes que já haviam sido aprovados à Segurança Pública, e os empenhos da Dívida, embora sem correspondência negativa nos pagamentos. Já o significativo crescimento dos investimentos, embora contribua para o déficit, permanece não sendo o fator principal e está incluindo várias e importantes melhorias rodoviárias.

#### Valores Acumulados Jan - Out/2018 — R\$ milhões



Especificação	Acum Jan-Out 2017	Acum Jan-Out 2018	Δ% 2018/2017
Receitas	48.918	52.694	7,7%
ICMS total bruto	26.386	27.907	5,8%
IPVA total bruto	2.032	2.270	11,7%
Taxas	1.435	1.531	6,7%
Soma FPE, IPI, CIDE e Kandir	2.186	2.284	4,5%
SUS Gestão Única	645	629	-2,5%
Demais	6.298	7.440	18,1%
Operações Intraorçamentárias	9.936	10.633	7,0%
Despesas	50.981	57.184	12,2%
Pessoal e Encargos	22.253	23.585	6,0%
Dívida = Juros Encargos e Amortiz	1.120	3.244	189,6%
Outras Despesas Correntes	16.324	17.101	4,8%
Distribuição Receitas (Municípios)	7.680	8.180	6,5%
Demais	8.644	8.921	3,2%
Investimentos e Inversões	690	1.431	107,4%
Operações Intraorçamentárias	10.594	11.823	11,6%
Resultado Orçamentário	(2.063)	(4.490)	117,6%





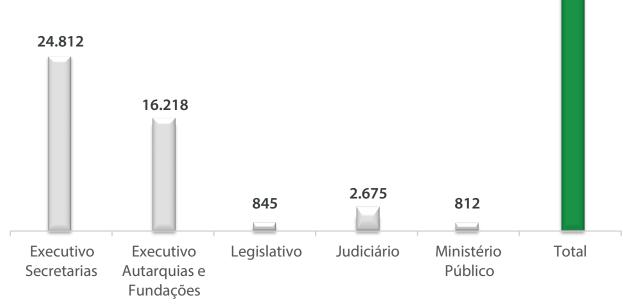
45.361

#### Poderes e Orgãos: Participação na Despesa Total

#### Participação dos Poderes e Órgãos na despesa total:

- Poder Executivo Secretarias 54,70%
- Poder Executivo Autarquias e Fundações 35,75%
- Judiciário 5,90%
- Legislativo 1,86%
- Ministério Público 1,79%

#### Valores Acumulados Jan - Out/2018 — R\$ milhões



Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Não inclui operações intraorçamentárias.







#### Critério Tribunal de Contas do Estado

- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites aos gastos com pessoal. Com base em critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, são calculados os limites para todos os Poderes;
- Conforme a LRF, os limites prudenciais, caso ultrapassados, vedam ao Poder ou órgão que incorreu no excesso conceder reajustes salariais e criar cargos ou funções, além de outras limitações;
- Caso os limites prudenciais sejam ultrapassados por mais de dois quadrimestres consecutivos, o Estado não poderá receber transferências voluntárias e garantias por parte da União, e não poderá contratar operações de crédito. Se o excesso em relação ao limite prudencial ocorrer no primeiro quadrimestre do último ano de mandato, estas vedações são aplicadas imediatamente.

Critério TCE	Limite Legal	Limite Prudencial	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 2º Quad
Poder Legislativo	3,00%	2,85%	2,07%	1,95%	1,95%	2,08%	1,96%	1,96%	2,06%	1,89%	1,87%	1,85%
Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,04%	4,86%	4,86%	4,97%	4,80%	4,85%	5,14%	4,84%	4,91%	4,80%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,78%	1,69%	1,64%	1,62%	1,54%	1,57%	1,73%	1,56%	1,57%	1,55%
Poder Executivo	49,00%	46,55%	40,46%	38,55%	40,39%	42,55%	43,42%	45,74%	49,18%	44,1%	46,54%	47,21%
Soma	60,00%	57,00%	49,35%	47,05%	48,84%	51,23%	51,71%	54,11%	58,11%	52,39%	54,89%	55,41%



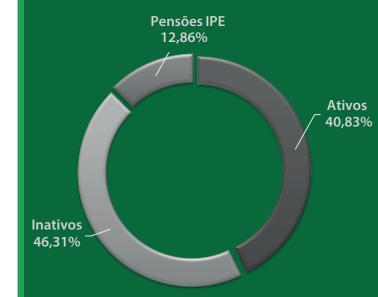


<sup>\*</sup> Os percentuais dos Poderes são referentes ao fechamento de cada ano, exceto em 2018.

#### N° Total Vínculos Outubro 2018 Exceto Estatais

Composição	Nº Vínculos	Participação
Ativos	148.309	40,83%
Inativos	168.234	46,31%
Pensões IPE	46.696	12,86%
Total	363.239	100,00%

Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS



Distribuição de Vínculos





**89,7**% dos servidores do Poder Executivo, ativos e inativos, exercem ou exerceram suas atividades nas Secretarias da **Educação**, da **Saúde** e da **Segurança**.

#### N° Total Vínculos Out 2018 Orgãos do Poder Executivo

SECRETARIAS DE ESTADO	Nº VÍNCULOS	%
Secretaria da Educação	189.546	64,35%
Secretaria da Segurança Pública	65.316	22,18%
Secretaria da Saúde	9.426	3,20%
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	4.071	1,38%
Secretaria da Fazenda	3.638	1,24%
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio	3.602	1,22%
Outras Secretarias	7.647	2,60%
Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	11.291	3,83%
TOTAL EXECUTIVO + ADM INDIRETA	294.537	100,00%

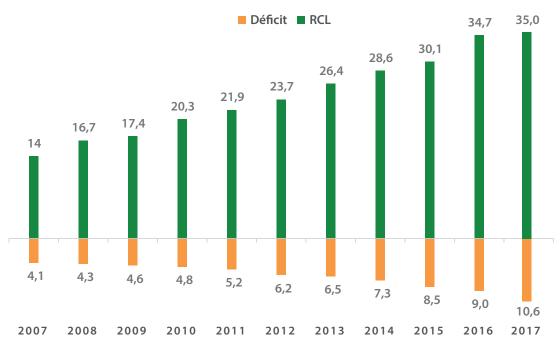
Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Não inclui Outros Poderes e Ministério Público.





O Déficit da Previdência do Estado no Plano Financeiro (diferença entre o que o Estado arrecada com as contribuições e o que realiza de pagamentos de benefícios ao funcionalismo) cresceu, em média, cerca de **R\$880 milhões** por ano, nos últimos 5 anos. Em 2017, o déficit totalizou cerca de **R\$10,6 bilhões**, e no período janeiro-outubro de 2018 alcançou cerca de **R\$9,8 bilhões**, estando previsto para o final do exercício um déficit próximo a **R\$12,0 bilhões**. No entanto, ao ser considerado o crescimento da receita corrente líquida (RCL), de 2007 a 2017 o déficit da previdência se manteve praticamente estável, evoluindo de 29,2% para 30,1% da RCL.



Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Despesas liquidadas, Plano Financeiro.

## Resultado Previdenciário R\$ bilhões

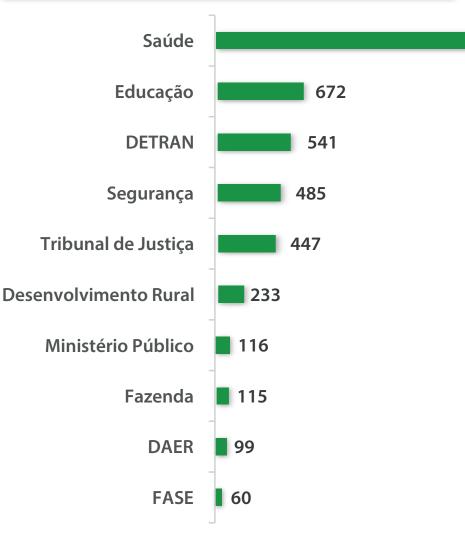
Ano	% Déficit / RCL
2007	29,2%
2008	26,1%
2009	26,2%
2010	23,7%
2011	23,8%
2012	26,0%
2013	24,7%
2014	25,3%
2015	28,1%
2016	25,9%
2017	30,1%











Os 10 órgãos que mais tem aplicações em outras despesas correntes somaram **62,36**% do total dos gastos neste grupo de despesa. Os demais órgãos, somados, representaram **37,64**% dos dispêndios em outras despesas correntes.

Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs: Saúde inclui o Fundo Estadual de Saúde.

# Outras Despesas Correntes — Manutenção Maiores Gastos, por Órgão Jan - Out/2018 — R\$ milhões





2.777

Rubrica	Realizado	%
Medicina	1.480	16,64%
Gestão Plena do SUS – PJ	747	8,40%
Fundos Municipais de Saúde	691	7,77%
Encargos com Prestadores de Serviços – MS/SUS	538	6,04%
Rendimentos de Depósitos Judiciais – Lei 12.069/2005	435	4,89%
Processamento de Dados	295	3,32%
Serviços Prestados pelos CHCS – DETRAN	252	2,83%
Aquisições Determ Sentenças Judiciais – MEDICAM	170	1,91%
Serviços Médicos – IPERGS	164	1,85%
Conservação de Bens Imóveis	142	1,60%
Comunicação	142	1,60%
Gêneros p/ Alimentação	135	1,52%
Limpeza e Higiene	125	1,41%
Vigilância e/ou Zeladoria	108	1,21%
Energia Elétrica	106	1,19%
Total 15 Maiores	5.530,4	62,18%

#### Outras Despesas Correntes — Manutenção

A soma das **15 maiores** rubricas de gastos, em outras despesas correntes, alcançaram **62,18**% do total de gastos neste grupo de despesa. As demais rubricas, somadas, representaram **37,82**% dos dispêndios em outras despesas correntes.

Maiores Gastos por Rubrica Jan - Out/2018 — R\$ milhões

Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

**Notas:** 

Medicina - Serviços médicos, paramédicos, inclusive radiologia, laboratoriais, religiosos e/ou hospitalares efetuados pela Administração Pública.

Gestão Plena SUS PJ - Prestação de serviços por pessoas jurídicas relativas a resolução CES/RS 006/2002 - Gestão Plena do SUS

Serviços Médicos - Serviços de medicina prestados por pessoa física, em decorrência dos credenciamentos junto ao IPERGS.







#### Maiores Projetos — Investimentos Acumulado Jan - Out/2018

Aplicações em Projetos	Realizado
Restauração Man Malha Rod – CREMA	234,4
Ampliação e Melhoria do Espaço Físico – TJ	197,7
Restauração e Ampliação ERS / 118	119,4
Conservação de Rodovias	110,5
Qualificação Produção Agrícula	74,0
Informatização e Modernização – TJ	48,4
Implantação e Ampliação Sistem Esgoto Sanit	40,2
Construção de Rodovias	33,5
Apoio Técnico Fiscal de Obras DAER	31,1
Pavimentação de Acessos Municipais	29,6
Total 10 Maiores Aplicações	918,7

No período janeiro-outubro de 2018, as 10 principais aplicações em Projetos, considerando somente os investimentos, somaram cerca de R\$918,7 milhões, ou 64,19% do total de R\$1,431 bilhão. As aplicações em melhorias rodoviárias incluem Municípios como Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Catuípe, Espumoso, Sapucaia do Sul, Gravataí, Cândido Godói, etc., entre outros.







# Educação

Anos	% Receita
2007	30,1%
2008	25,6%
2009	27,7%
2010	27,0%
2011	28,3%
2012	30,0%
2013	31,2%
2014	32,6%
2015	33,7%
2016	29,3%
2017	28,9%
2018	28,9%

#### Educação — Recursos Aplicados Valores Liquidados – R\$ milhões



Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Em 2018, valor e percentual previstos para o fechamento do ano.







#### Saúde — Recursos Aplicados Valores Liquidados – R\$ milhões



Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Em 2018, valor e percentual previstos para o fechamento do ano.

Anos	% Receita		
2007	6,8%		
2008	7,4%		
2009	7,2%		
2010	7,9%		
2011	8,1%		
2012	9,7%		
2013	12,3%		
2014	12,7%		
2015	12,2%		
2016	12,1%		
2017	12,2%		
2018	12,2%		







#### Segurança — Recursos Aplicados Valores Liquidados – R\$ milhões



Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Em 2018, valor e percentual previstos para o fechamento do ano.

Ver notas metodológicas.







	Dezembro 2017	Janeiro a Outubro 2018			Outubro 2018
Discriminação	Saldo	Ingressos	Correções	Pagamentos	Saldo
Lei 8727/93	117	0	1	33	85
Lei 9496/97	58.573	0	3.530	0	62.103
Outras Dívidas Internas	1.741	5	170	210	1.706
Dívida Externa	7.229	173	1.691	352	8.741
Total	67.660	178	5.392	595	72.635

Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Obs.: Pagamentos da Dívida da Administração Direta.

De janeiro a outubro de 2018, a Dívida Pública do Estado chegou ao valor de **R\$72,6 bilhões**, um crescimento superior a **R\$4,9 bilhões** em relação ao fechamento de 2017;

Os pagamentos da Dívida do Estado no período janeiro-outubro 2018 alcançaram R\$595 milhões;

Os valores da Dívida e seus pagamentos decorrem principalmente de liminar obtida contra a União, Lei 9.496 / 97, com postergação de pagamentos atuais.

### Estoque e Pagamento do Serviço R\$ milhões



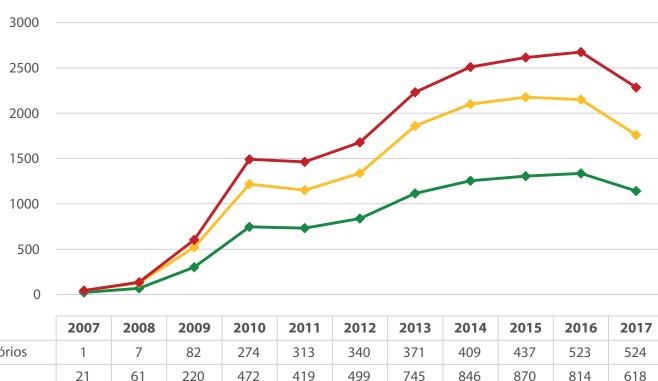


<sup>\*</sup> As correções da 8727 podem ser negativas em virtude de ajustes contratuais em função dos residuos de contratos renegociados;

<sup>\*\*</sup> As Outras Dívidas Internas por vezes tem correções negativas em virtude de renegociações contratuais;

<sup>\*\*\*</sup> As correções da Dívida Externa são por vezes negativas devido às variações cambiais.

Os dispêndios com precatórios e RPVs eram quase inexistentes em 2007, passando a mais de **R\$1,3 bilhão** em 2016, e a mais de **R\$1,1 bilhão** em 2017, onde foram destinados cerca de **R\$524 milhões** para precatórios e **R\$618 milhões** para RPVs. A destacar, a queda nos pagamentos de RPVs a partir de 2016, tendência que poderá ser mantida em 2018.



Precatórios RPVs 21 61 220 472 419 499 745 846 870 814 Total 22 732 1.255 1.142 68 302 746 839 1.116 1.307 1.337

→ Total → RPVs → Precatórios

Fonte: Tesouro do Estado / Sefaz-RS

Precatórios e RPVs 2007 - 2017 — R\$ milhões









